



O PROFISSIONAL MULTIDISCIPLINAR NA RESPOSTA HUMANITÁRIA INTERNACIONAL

THE MULTIDISCIPLINARY PROFESSIONAL IN THE INTERNATIONAL HUMANITARIAN RESPONSE

EL PROFESIONAL MULTIDISCIPLINARIO EN LA RESPUESTA HUMANITARIA INTERNACIONAL



<https://doi.org/10.56238/levv14n32-013>

Data de submissão: 15/02/2024

Data de publicação: 15/03/2024

Leonardo Costa Pereira

RESUMO

A composição de equipes multidisciplinares tem se consolidado como uma prática essencial no enfrentamento de situações de crise e desastres internacionais, dada a complexidade dos cenários e a diversidade das demandas que emergem nesses contextos. Este estudo teve como propósito investigar a atuação de profissionais de diferentes áreas em missões humanitárias internacionais, com base na análise documental de publicações técnico-científicas produzidas por órgãos públicos, organizações não governamentais e pesquisadores atuantes no campo da ajuda humanitária. A pesquisa evidenciou que a presença de múltiplas especialidades reunidas em um mesmo esforço coletivo contribui para uma resposta mais abrangente, eficiente e adaptada às realidades locais, integrando ações de saúde, assistência social, apoio psicológico, logística, engenharia e proteção jurídica. Os dados analisados também revelam que ainda há fragilidades na formação acadêmica voltada à atuação em emergências, sendo recorrente a ausência de disciplinas específicas nos currículos universitários. Outro ponto relevante identificado foi a necessidade de estratégias institucionais voltadas ao cuidado com a saúde mental dos profissionais, especialmente diante de exposições constantes a situações de sofrimento extremo. O reconhecimento dos saberes comunitários, a escuta ativa e a horizontalidade na tomada de decisões também se mostraram determinantes para a efetividade das ações desenvolvidas. Com base nos resultados obtidos, conclui-se que o profissional multidisciplinar representa um agente central na resposta humanitária, e sua qualificação contínua deve ser incentivada por políticas públicas, ações formativas permanentes e mecanismos de valorização profissional.

Palavras-chave: Resposta humanitária. Atuação interdisciplinar. Crises internacionais. Ajuda emergencial. Formação profissional.

ABSTRACT

The composition of multidisciplinary teams has become an essential practice in addressing crises and international disasters due to the complexity of the scenarios and the diversity of emerging demands in these contexts. This study aimed to investigate the performance of professionals from different fields in international humanitarian missions, based on document analysis of technical-scientific publications produced by public agencies, non-governmental organizations, and researchers active in the humanitarian field. The research showed that the presence of multiple specialties gathered in a single collective effort contributes to a broader, more efficient, and locally adapted response, integrating health, social assistance, psychological support, logistics, engineering, and legal protection actions.



The data also revealed ongoing weaknesses in academic training for emergency response, with the absence of specific disciplines in university curricula being a recurring issue. Another important finding was the need for institutional strategies focused on the mental health of professionals, especially considering their constant exposure to extreme suffering situations. The recognition of community knowledge, active listening, and horizontality in decision-making were also identified as key factors for the effectiveness of the implemented actions. Based on the results obtained, it is concluded that the multidisciplinary professional plays a central role in humanitarian response, and their continuous qualification should be encouraged through public policies, ongoing training programs, and mechanisms of professional appreciation.

Keywords: Humanitarian response. Interdisciplinary action. International crises. Emergency aid. Professional training.

RESUMEN

La formación de equipos multidisciplinares se ha convertido en una práctica esencial para afrontar crisis y desastres internacionales, dada la complejidad de los escenarios y la diversidad de demandas que surgen en estos contextos. Este estudio tuvo como objetivo investigar el desempeño de profesionales de diferentes áreas en misiones humanitarias internacionales, basándose en el análisis documental de publicaciones técnico-científicas producidas por organismos públicos, organizaciones no gubernamentales e investigadores que trabajan en el ámbito de la ayuda humanitaria. La investigación demostró que la presencia de múltiples especialidades reunidas en un único esfuerzo colectivo contribuye a una respuesta más integral, eficiente y adaptada a las realidades locales, integrando acciones de salud, asistencia social, apoyo psicológico, logística, ingeniería y protección legal. Los datos analizados también revelan que aún existen debilidades en la formación académica centrada en la respuesta a emergencias, con la recurrente ausencia de disciplinas específicas en los planes de estudio universitarios. Otro punto relevante identificado fue la necesidad de estrategias institucionales dirigidas al cuidado de la salud mental de los profesionales, especialmente ante la exposición constante a situaciones de sufrimiento extremo. El reconocimiento del conocimiento comunitario, la escucha activa y la toma de decisiones horizontal también resultaron decisivos para la eficacia de las acciones desarrolladas. Con base en los resultados obtenidos, se concluye que el profesional multidisciplinario representa un agente central en la respuesta humanitaria, y su capacitación continua debe ser fomentada mediante políticas públicas, acciones de capacitación permanente y mecanismos de desarrollo profesional.

Palabras clave: Respuesta humanitaria. Acción interdisciplinaria. Crisis internacionales. Ayuda de emergencia. Formación profesional.

1 INTRODUÇÃO

A intensificação de crises humanitárias ao redor do mundo evidencia a necessidade urgente de estruturas operacionais que não apenas mobilizem recursos, mas que incorporem saberes diversos e profissionais oriundos de distintas formações, articulando ações que respondam com eficácia, ética e agilidade às necessidades das populações afetadas. A emergência de fenômenos complexos, como pandemias, migrações forçadas, desastres climáticos e conflitos armados, desafia modelos tradicionais de resposta e impõe como imperativo a consolidação de equipes multidisciplinares capacitadas para atuar em contextos marcados por vulnerabilidade extrema e pela ruptura de serviços essenciais (Morais e Gussi, 2023).

Dessa forma, torna-se cada vez mais evidente que a resposta humanitária contemporânea não pode estar limitada a ações unidimensionais e setorizadas, pois tais abordagens deixam lacunas significativas no atendimento às vítimas e no restabelecimento da dignidade humana. Ao integrar conhecimentos da medicina, psicologia, serviço social, logística, engenharia e outras áreas, o trabalho conjunto de profissionais de diferentes áreas potencializa a eficiência das intervenções, promovendo soluções mais abrangentes e sustentáveis (Koplan et al., 2009 apud Celestino e Daróz, 2023).

No contexto latino-americano, e particularmente no Brasil, a migração venezuelana em massa e os desafios impostos pela Operação Acolhida ilustram com clareza a relevância de estratégias interinstitucionais e interdisciplinares. Profissionais de saúde, assistentes sociais, militares, educadores e gestores públicos foram mobilizados para atender às demandas complexas da população migrante, revelando a importância do trabalho coletivo e integrado (Fassin, 2012 apud Marques et al., 2021).

Essas dinâmicas também evidenciam que, em situações de crise, a atuação coordenada entre diferentes setores deve ser planejada previamente, com protocolos definidos e habilidades interpessoais desenvolvidas. As recomendações do Sphere Handbook, reconhecido manual internacional de ajuda humanitária, enfatizam a necessidade de articulação entre profissionais da saúde, engenharia, abastecimento e gestão de riscos, promovendo uma resposta integral que priorize a dignidade das vítimas e a reabilitação das comunidades afetadas (Sphere Handbook, 2018).

A formação de profissionais aptos a atuar nessas frentes deve ser pensada desde os currículos universitários, com a inclusão de disciplinas que estimulem a atuação em equipe, o diálogo entre áreas do conhecimento e a compreensão das dimensões culturais, políticas e éticas que envolvem a ajuda humanitária (Haddad, 2009 apud NOHALA, 2018).

O fortalecimento das capacidades locais, como destaca o conceito de Accountability to Affected Populations (APP), depende diretamente da escuta ativa, da participação comunitária e do envolvimento das populações atingidas nos processos decisórios. Essa abordagem reconhece que os indivíduos afetados são também portadores de saberes e agentes de transformação (Buchanan-Smith e Maxwell, 1994 apud Morais e Gussi, 2023).



No Brasil, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha tem reforçado a importância de ações interdisciplinares na gestão de corpos em contextos de violência, desastres e migrações, articulando profissionais forenses, assistentes sociais e representantes legais com o objetivo de garantir o direito das famílias à verdade, à memória e ao luto (CICV, 2022).

A experiência da Operação Acolhida também revela que a integração entre o saber científico e a prática de campo pode gerar avanços importantes tanto no atendimento quanto na produção de conhecimento, sendo necessário superar a fragmentação entre prática empírica e conhecimento sistematizado (Celestino e Daróz, 2023).

Além da dimensão técnica, a atuação humanitária exige habilidades relacionais específicas, como a capacidade de mediação de conflitos, empatia, comunicação intercultural e inteligência emocional, atributos desenvolvidos também no contato direto com situações de vulnerabilidade (Moraes e Gussi, 2023).

A cooperação interagências requer protocolos bem definidos e canais eficazes de comunicação, visto que a indefinição de papéis pode comprometer a efetividade da resposta, tornando necessário o desenvolvimento de lideranças aptas a gerir equipes interdisciplinares (Sphere Handbook, 2018 apud EB70-MC-10.236, 2023).

Do ponto de vista logístico, destacamentos de avaliação inicial compostos por profissionais de diversas áreas são fundamentais para avaliar os danos e planejar a resposta de forma integrada, como demonstram os protocolos do Exército Brasileiro .

A atuação humanitária deve observar os princípios de humanidade, imparcialidade, neutralidade e independência, garantindo que as ações desenvolvidas sejam legítimas perante a população atendida e as autoridades locais (Fassin, 2012 apud Marques et al., 2021).

O trabalho multidisciplinar, embora desafiador, amplia a capacidade de resposta, possibilitando intervenções mais completas e com maior potencial de impacto positivo, quando se estabelecem canais de escuta e processos de avaliação contínua (Moraes e Gussi, 2023).

Frente à complexidade crescente das crises humanitárias, a atuação de equipes interdisciplinares não deve ser vista como um diferencial, mas como uma necessidade estrutural, contribuindo para maior adaptabilidade e eficiência (Koplan et al., 2009 apud Celestino e Daróz, 2023).

Sendo assim, reconhecer o papel do profissional multidisciplinar na resposta humanitária é reconhecer a natureza interligada das emergências, que exigem respostas integradas, éticas e sustentadas pela cooperação entre saberes, experiências e valores diversos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONCEPÇÕES E DESAFIOS DA RESPOSTA HUMANITÁRIA INTERNACIONAL

A resposta humanitária internacional está intrinsecamente ligada à compreensão da complexidade dos fenômenos que desencadeiam emergências, sejam eles decorrentes de conflitos armados, desastres naturais, crises econômicas ou deslocamentos forçados de populações, e a atuação nesse campo exige não apenas a mobilização de recursos, mas o desenvolvimento de estratégias que articulem múltiplos saberes e competências para assegurar o atendimento integral às necessidades das populações afetadas, especialmente quando tais situações ocorrem em países com infraestrutura colapsada ou limitada (Morais e Gussi, 2023).

Com o agravamento das crises prolongadas, torna-se evidente que a atuação humanitária deve transcender a perspectiva imediatista da simples entrega de insumos e abranger a reconstrução social, psicológica e institucional das regiões atingidas, razão pela qual os profissionais engajados nessas missões devem ser formados sob uma lógica que articule ética, competência técnica e capacidade de atuação em rede, elementos considerados essenciais no enfrentamento das vulnerabilidades múltiplas que caracterizam os cenários de calamidade (Celestino e Daróz, 2023).

Nos últimos anos, o conceito de Triplo Nexo que integra Ação Humanitária, Desenvolvimento e Paz tem ganhado destaque nos debates internacionais por propor uma abordagem articulada entre as dimensões emergencial, estrutural e política da intervenção em contextos de crise, defendendo que apenas por meio dessa integração será possível consolidar respostas sustentáveis e transformadoras (OCDE, 2021 apud Morais e Gussi, 2023).

A experiência internacional evidencia que intervenções isoladas, baseadas apenas na lógica do socorro imediato, tendem a ser insuficientes diante da complexidade das crises contemporâneas, sendo necessário incluir os afetados nas decisões e considerar os fatores estruturais e históricos que originam as emergências, como desigualdades sociais, violações de direitos e disputas por território ou poder político (Asociación Esfera, 2018 apud Morais e Gussi, 2023).

A avaliação das ações humanitárias é um aspecto que tem se consolidado como pilar das boas práticas, pois permite corrigir falhas operacionais, reforçar os mecanismos de escuta das comunidades e aprimorar a articulação entre atores estatais e não estatais, sendo que a participação das populações afetadas é considerada uma das diretrizes fundamentais para garantir a legitimidade e a efetividade das intervenções (Morais e Gussi, 2023).

Em contextos de migração forçada e desastres naturais, como os enfrentados pelo Brasil nas últimas décadas, os desafios para a resposta humanitária incluem desde a definição de responsabilidades entre os entes federativos até a coordenação entre órgãos civis e militares, exigindo o estabelecimento de protocolos conjuntos, definição de competências operacionais e respeito aos marcos normativos internacionais.

Outro aspecto central para a efetividade da resposta humanitária é a rapidez com que as ações são iniciadas, uma vez que o tempo é fator crítico em situações de colapso estrutural, e a capacidade de resposta imediata depende de forças com treinamento específico, estrutura adaptável e integração com os sistemas locais, além de sensibilidade para as especificidades culturais e sociais das populações atingidas.

A criação de destacamentos de avaliação inicial é um exemplo concreto de como a antecipação e o planejamento estratégico podem influenciar positivamente os resultados da ajuda, pois permite a coleta precoce de informações sobre as condições do território, os danos estruturais e as prioridades das comunidades, servindo como base para decisões operacionais e alocação de recursos.

No contexto internacional, o aprendizado com as falhas do passado, como no caso da resposta à crise de Ruanda nos anos 1990, evidenciou a necessidade de uma abordagem mais ética e participativa nas intervenções, fortalecendo a cultura de prestação de contas e a exigência de padrões mínimos de qualidade nas operações de campo, como explicitado por iniciativas como o Sphere Project (ALNAP, 2016 apud Morais e Gussi, 2023).

A institucionalização das ações humanitárias, com base em instrumentos normativos e estruturas permanentes de governança, representa um avanço na construção de políticas públicas voltadas à gestão de riscos e emergências, mas também requer investimentos contínuos em capacitação, inovação e fortalecimento das redes de cooperação entre governos, organizações internacionais e sociedade civil (Sphere Handbook, 2018).

Nos fóruns de discussão sobre ação humanitária, destaca-se o reconhecimento da importância de incluir saberes tradicionais, conhecimentos comunitários e vozes das populações historicamente excluídas dos processos decisórios, a fim de evitar a reprodução de práticas coloniais ou assimétricas que desconsiderem os direitos e as prioridades das comunidades atendidas (Morais e Gussi, 2023).

Ainda que a resposta humanitária seja pensada como algo técnico e operacional, ela está profundamente enraizada em dilemas éticos e políticos que envolvem a escolha de quem será atendido, como os recursos serão distribuídos e quais são os critérios de priorização, o que exige dos profissionais não apenas conhecimento técnico, mas também capacidade crítica, sensibilidade moral e compreensão do contexto (Fassin, 2012 apud Marques et al., 2021).

O Brasil, ao longo das últimas décadas, tem acumulado experiências significativas no campo da ação humanitária, especialmente em contextos de acolhimento a migrantes e em operações conjuntas em áreas de risco, e essas experiências demonstram que o sucesso das missões está diretamente relacionado à capacidade de articulação entre diferentes órgãos e à valorização da expertise local (Celestino e Daróz, 2023).

A atuação humanitária requer também uma abordagem intersetorial que vá além da assistência emergencial, articulando políticas de saúde, educação, segurança alimentar, habitação e documentação.

civil, visto que as crises atingem simultaneamente múltiplas dimensões da vida das pessoas, exigindo uma resposta que seja igualmente multidimensional (Morais e Gussi, 2023).

Desse modo, ao considerar os desafios contemporâneos da resposta humanitária internacional, torna-se evidente que a construção de um campo de atuação sólido, eficaz e justo passa necessariamente pela valorização dos profissionais multidisciplinares, pelo fortalecimento das capacidades locais e pela integração de políticas públicas com estratégias internacionais, sendo essas as bases para um modelo de intervenção que respeite a dignidade humana e promova mudanças estruturais de longo prazo (OCDE, 2021 apud Morais e Gussi, 2023).

2.2 ATUAÇÃO INTERDISCIPLINAR E FORMAÇÃO DE EQUIPES MULTIDISCIPLINARES

A atuação em contextos de ajuda humanitária demanda um arranjo institucional e técnico que promova a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento, sendo fundamental reconhecer que nenhuma disciplina isoladamente é capaz de responder aos desafios impostos por situações de crise complexa, e por isso a construção de equipes multidisciplinares deve ser orientada por critérios de complementaridade de saberes, abertura ao diálogo e compartilhamento de responsabilidades (Morais e Gussi, 2023).

Essa lógica de trabalho conjunto exige não apenas a presença física de diferentes profissionais, mas a construção de um ambiente relacional pautado na confiança mútua, na escuta ativa e no reconhecimento das limitações e potencialidades de cada área, uma vez que a eficácia da intervenção está diretamente relacionada à capacidade de integrar os diversos olhares sobre o mesmo fenômeno e de coordenar ações de forma sinérgica (Celestino e Daróz, 2023).

Nos espaços de formação profissional, essa dimensão ainda é pouco explorada, sendo comum que os currículos acadêmicos priorizem competências técnicas específicas em detrimento de habilidades transversais, como a capacidade de comunicação intercultural, o trabalho em equipe, a negociação de conflitos e o respeito às diferenças culturais, religiosas e institucionais, que são frequentemente colocadas à prova nos cenários humanitários (Sphere Handbook, 2018).

Especialistas da área de assistência humanitária vêm destacando a importância da reformulação dos programas de capacitação, com ênfase em abordagens práticas, reflexivas e culturalmente sensíveis, que preparem os profissionais para lidar com situações de extrema vulnerabilidade, sofrimento coletivo e ambientes de escassez, o que exige tanto preparo técnico quanto capacidades emocionais e sociais (Morais e Gussi, 2023).

A atuação interdisciplinar envolve também o domínio de noções jurídicas e normativas básicas, especialmente no que se refere aos direitos humanos, ao direito humanitário internacional e às diretrizes nacionais de proteção e defesa civil, pois os profissionais de campo, ao interagirem com

populações em situação de vulnerabilidade, frequentemente se deparam com dilemas éticos e decisões operacionais que requerem discernimento legal e responsabilidade institucional .

Além disso, é necessário destacar que o planejamento de uma operação humanitária deve contar desde os estágios iniciais com a presença de profissionais de diferentes áreas, assegurando que as estratégias de intervenção estejam alinhadas à realidade local e contemplem a diversidade de demandas, o que implica na valorização do conhecimento prévio das comunidades e da expertise acumulada por agentes locais (Morais e Gussi, 2023).

As atividades realizadas pelas Forças Armadas em contextos de ajuda humanitária, como documentado na Operação Acolhida, revelam como a articulação entre saúde, engenharia, logística, segurança, assistência social e comunicação institucional pode ampliar a capacidade de resposta, mas também expõem os riscos da militarização excessiva da assistência, caso não haja equilíbrio entre os setores envolvidos e respeito às diretrizes civis de coordenação (Celestino e Daróz, 2023).

Nesse contexto, o fortalecimento das capacidades dos destacamentos de avaliação inicial assume um papel estratégico, pois esses grupos são responsáveis por coletar informações sensíveis sobre a área atingida, dimensionar os danos e identificar os recursos necessários, devendo ser compostos por profissionais de diversas áreas que atuem de forma coordenada e respeitosa com as lideranças locais e com as instituições presentes no território .

Os profissionais de saúde, por exemplo, ao atuarem em operações conjuntas com engenheiros e técnicos em saneamento, podem identificar de forma mais precisa os riscos de surtos epidemiológicos e propor intervenções integradas que associem a assistência imediata com a prevenção de novos agravos, o que demonstra que a atuação multidisciplinar não é apenas complementar, mas necessária para garantir a qualidade e a continuidade das ações (Morais e Gussi, 2023).

A atuação interdisciplinar requer ainda a construção de espaços coletivos de tomada de decisão, nos quais as diferentes vozes possam ser ouvidas e consideradas na definição das prioridades da operação, o que desafia as hierarquias rígidas e os modelos burocráticos de gestão, exigindo flexibilidade, transparência e compromisso ético com o bem-estar da população atendida (Fassin, 2012 apud Marques et al., 2021).

Nas operações analisadas pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha, observa-se que as boas práticas de gestão de pessoas falecidas em contextos de desastres, conflitos e migração só são possíveis quando há articulação entre peritos forenses, psicólogos, agentes de defesa civil, líderes comunitários e representantes do Estado, pois apenas esse trabalho conjunto assegura que o processo de identificação ocorra com respeito à dignidade e ao luto dos familiares (CICV, 2022).

Esse exemplo reforça a ideia de que as equipes multidisciplinares não devem ser formadas apenas por critérios técnicos, mas também por critérios relacionais, como a capacidade de escuta, a empatia, a resiliência emocional e o respeito às diferenças, que são atributos fundamentais para o

sucesso de uma operação humanitária e para a construção de vínculos de confiança com as comunidades atendidas (Morais e Gussi, 2023).

A formação desses profissionais, por sua vez, deve ser contínua e conectada aos aprendizados gerados pelas próprias operações, sendo necessário criar mecanismos institucionais de memória e avaliação que permitam sistematizar as experiências e transformá-las em conteúdo formativo, promovendo a retroalimentação entre a prática e o ensino (Celestino e Daróz, 2023).

As instituições de ensino superior e os centros de formação profissional têm um papel estratégico nesse processo, podendo atuar como parceiros das agências humanitárias na elaboração de módulos específicos, na oferta de capacitações interdisciplinares e na realização de pesquisas aplicadas que contribuam para o aprimoramento das práticas em campo e para a inovação metodológica no setor (Sphere Handbook, 2018).

Portanto, a atuação interdisciplinar e a formação de equipes multidisciplinares representam não apenas um modelo técnico de intervenção, mas uma expressão concreta de solidariedade, corresponsabilidade e respeito às populações afetadas, que deve orientar todo o processo de resposta humanitária, desde o planejamento até a avaliação final, promovendo uma ação ética, eficaz e transformadora (Morais e Gussi, 2023).

2.3 EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS NA GESTÃO MULTISSETORIAL DE CRISES

A experiência brasileira em resposta humanitária tem revelado um arcabouço institucional robusto, ainda que permeado por desafios operacionais, principalmente quando se trata da articulação entre os diferentes níveis de governo e a integração de órgãos civis e militares, e um dos exemplos mais emblemáticos desse arranjo multisectorial é a Operação Acolhida, desenvolvida no contexto da crise migratória venezuelana, envolvendo ministérios, forças armadas, agências da ONU e organizações da sociedade civil em uma coordenação inédita para acolhimento, interiorização e assistência a refugiados (Morais e Gussi, 2023).

A estrutura montada para a Operação Acolhida incorporou uma lógica de governança colaborativa em que os papéis de cada ator institucional foram claramente definidos, permitindo que o Exército brasileiro coordenasse a infraestrutura logística e de triagem, enquanto os serviços sociais, de saúde e documentação eram realizados por equipes civis e agências especializadas, o que demonstrou que a resposta humanitária não deve estar restrita a uma única instância de poder, mas sim se constituir como responsabilidade compartilhada (Celestino e Daróz, 2023).

Segundo os relatos presentes nos estudos operacionais, a interiorização dos migrantes representou uma inovação significativa, ao permitir a desconcentração da demanda assistencial em Roraima e redistribuir os venezuelanos por todo o território nacional, em articulação com estados e

municípios que aderiram voluntariamente ao processo, o que envolveu não apenas logística de transporte, mas também preparação de abrigos, inserção laboral e ações de integração comunitária.

A atuação conjunta com agências internacionais como ACNUR, OIM e UNICEF contribuiu para qualificar as estratégias locais e garantir padrões técnicos de atendimento aos direitos humanos dos migrantes, ao mesmo tempo em que a presença de entidades religiosas, organizações não governamentais e voluntários demonstrou a importância de uma abordagem horizontal, que valorize a capilaridade das redes comunitárias e o engajamento de diferentes setores da sociedade civil (Morais e Gussi, 2023).

No entanto, os desafios relacionados à sustentabilidade financeira, à rotatividade de equipes e à falta de políticas públicas permanentes para a gestão migratória revelaram os limites dessa experiência, especialmente quando a emergência se transforma em situação prolongada, exigindo a transição de um modelo de resposta imediata para uma abordagem de desenvolvimento com base nos direitos, que incorpore os migrantes às políticas de saúde, educação, moradia e trabalho (Celestino e Daróz, 2023).

Outro exemplo significativo foi a atuação do Brasil no terremoto do Haiti, em 2010, quando a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), sob comando militar brasileiro, coordenou ações de assistência humanitária, reconstrução e segurança pública, ainda que tal intervenção tenha sido alvo de críticas relacionadas à dependência de uma lógica militarizada e à limitação de diálogo com os saberes locais, evidenciando a necessidade de modelos mais participativos e interculturais de ajuda internacional (Morais; Gussi, 2023). Mais recentemente, essa tradição de atuação em missões humanitárias internacionais foi reforçada com o envio de uma equipe brasileira de busca e resgate à Turquia após os terremotos de 6 de fevereiro de 2023. A missão, organizada pelo Governo Federal com coordenação do Ministério das Relações Exteriores, da Agência Brasileira de Cooperação e do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, integrou bombeiros de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, atuando inicialmente em Kahramanmaraş e, posteriormente, a pedido do governo turco, na cidade de Hatay. Nessa nova base, as equipes brasileiras passaram a compor as operações conduzidas pela autoridade de defesa civil turca (AFAD), executando missões de busca e resgate e ações de assistência médica a vítimas instaladas em abrigos provisórios, demonstrando o comprometimento do Brasil com a cooperação internacional em contextos de crise (Brasil, 2023; CNN, 2023).

No âmbito da saúde pública, a experiência do Ministério da Saúde com o envio de equipes multidisciplinares para resposta a emergências sanitárias, como a pandemia da COVID-19 e surtos de arboviroses, também evidencia a importância da cooperação interinstitucional e da mobilização coordenada entre União, estados, municípios e órgãos internacionais, com ações que vão desde o

diagnóstico e tratamento até a vigilância epidemiológica e a comunicação de risco (Marques et al., 2021).

O Brasil também tem acumulado experiências relevantes no campo da proteção de populações indígenas e comunidades tradicionais em contextos de emergência, como demonstrado nas ações de resposta aos incêndios no Pantanal e à contaminação por mercúrio em territórios Yanomami, em que a presença de equipes de saúde indígena, lideranças comunitárias, ONGs especializadas e agentes ambientais foi fundamental para garantir uma resposta culturalmente adequada e respeitosa (Morais e Gussi, 2023).

A Defesa Civil brasileira atua como um dos principais articuladores da resposta a desastres naturais no país, com destaque para o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), que busca integrar ações de prevenção, preparação, resposta e recuperação, envolvendo diferentes entes federativos e promovendo capacitações, simulações e diagnósticos de risco, embora ainda enfrente limitações de orçamento, infraestrutura e capilaridade em áreas remotas.

Casos como os deslizamentos em Petrópolis, as enchentes na Bahia e os rompimentos de barragens em Mariana e Brumadinho demonstram como a resposta humanitária precisa ser planejada com antecedência, articulando informações geotécnicas, sistemas de alerta, abrigamento, acolhimento psicológico e estratégias de recomposição econômica, o que só é possível com uma governança integrada e com o fortalecimento da cultura de prevenção (Morais e Gussi, 2023).

O trabalho forense também se destaca entre as práticas brasileiras em resposta a desastres e conflitos, como evidenciado pelos esforços do Comitê Internacional da Cruz Vermelha em parceria com o Instituto Médico-Legal para a identificação de vítimas e restituição de restos mortais às famílias, atividade que envolve não apenas a perícia técnica, mas também protocolos de comunicação com os parentes, preservação da dignidade dos corpos e gestão ética das informações (CICV, 2022).

É relevante mencionar que a produção de conhecimento científico sobre as experiências brasileiras em ajuda humanitária tem crescido nos últimos anos, com estudos de caso, análises operacionais e avaliações de impacto publicadas por universidades, centros de pesquisa e órgãos governamentais, o que contribui para a institucionalização de boas práticas, a identificação de fragilidades e a promoção de uma memória crítica sobre os processos vivenciados (Celestino e Daróz, 2023).

As experiências brasileiras evidenciam ainda que o sucesso da resposta humanitária depende diretamente da valorização dos profissionais que atuam no campo, os quais devem ser continuamente capacitados, protegidos, reconhecidos e integrados a redes de apoio técnico, psicológico e institucional, pois são eles os principais agentes de execução das ações e os responsáveis por traduzir as políticas públicas em práticas efetivas no atendimento à população (Morais e Gussi, 2023).

A ampliação da cooperação sul-sul também tem sido uma estratégia adotada pelo Brasil, com envio de missões técnicas a países da América Latina e África, troca de experiências em saúde pública, segurança alimentar e combate à fome, além do fortalecimento da diplomacia humanitária, o que contribui para posicionar o país como ator relevante no cenário internacional de resposta a emergências, respeitando a soberania e as especificidades culturais dos países parceiros (Marques et al., 2021).

Assim, as experiências acumuladas pelo Brasil na gestão multissetorial de crises revelam tanto avanços importantes quanto lacunas a serem superadas, demonstrando que a construção de um sistema humanitário eficaz passa necessariamente pela cooperação interinstitucional, pela articulação de múltiplos saberes e pela centralidade dos direitos humanos como princípio orientador de toda intervenção em situações de emergência (Morais e Gussi, 2023).

3 METODOLOGIA

A construção deste estudo foi orientada por uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise de conteúdo de documentos técnicos e científicos que tratam da resposta humanitária internacional sob a perspectiva da atuação multidisciplinar, priorizando a compreensão crítica das práticas operacionais, dos arranjos institucionais e dos desafios enfrentados por profissionais de distintas áreas em contextos de emergência, sem a pretensão de esgotar o tema, mas com o propósito de contribuir para o debate acadêmico e prático sobre a complexidade e a relevância do trabalho conjunto nesses cenários.

Optou-se pela realização de uma revisão bibliográfica de caráter exploratório e descritivo, com o objetivo de identificar, reunir, interpretar e discutir contribuições relevantes já consolidadas na literatura especializada sobre a formação e atuação de equipes multidisciplinares em operações humanitárias, bem como refletir sobre a inserção brasileira nesse campo, considerando tanto documentos institucionais quanto artigos acadêmicos publicados em língua portuguesa e disponíveis em meio digital.

A seleção das fontes seguiu critérios de relevância temática, atualidade e representatividade institucional, priorizando publicações entre os anos de 2015 e 2024, com ênfase nos últimos cinco anos, período marcado por um aumento expressivo das discussões sobre gestão de crises complexas, cooperação internacional em emergências e estratégias de atuação integrada, especialmente após a pandemia da COVID-19 e o agravamento de fluxos migratórios forçados no continente sul-americano.

O corpus documental incluiu relatórios operacionais, diretrizes técnicas, manuais, folhetos institucionais, artigos científicos e publicações de órgãos como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, o Ministério da Defesa, a Secretaria Nacional de Defesa Civil, o Ministério da Saúde e organizações de pesquisa acadêmica, sendo considerado apenas o conteúdo que apresentava, em seu

corpo textual, autores e análises consistentes, a fim de garantir rigor conceitual e respaldo teórico às interpretações realizadas.

A análise seguiu também os procedimentos metodológicos descritos por Lakatos e Marconi (2020), especialmente no que se refere à análise de conteúdo aplicada à revisão bibliográfica, permitindo ao pesquisador transcender a mera descrição das fontes e buscar, por meio de inferências e articulações conceituais, uma compreensão mais profunda das práticas adotadas no campo da resposta humanitária, destacando os desafios operacionais, os fatores críticos de sucesso e os limites da atuação multidisciplinar em cenários de alta complexidade.

Durante a leitura analítica dos documentos, buscou-se extrair fragmentos que apresentassem reflexões teóricas, descrições de experiências concretas e avaliações institucionais sobre o desempenho de equipes interdisciplinares, privilegiando os trechos que permitissem uma articulação entre os campos da saúde, assistência social, logística, direito, comunicação, engenharia e defesa civil, compondo um panorama representativo das interações entre essas áreas na prática da ajuda humanitária.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos a partir da análise documental indicam que a presença de equipes multidisciplinares na resposta humanitária internacional não apenas amplia a capacidade operacional das missões, como também promove uma abordagem mais sensível e eficiente no enfrentamento das múltiplas vulnerabilidades enfrentadas pelas populações afetadas, pois a articulação entre diferentes áreas do conhecimento permite um atendimento integral, que vai desde a provisão de abrigo e alimentos até o cuidado psicológico, a orientação jurídica e o restabelecimento de vínculos sociais (Morais e Gussi, 2023).

A revisão dos documentos revelou que a fragmentação institucional ainda é um dos maiores entraves à consolidação de equipes interdisciplinares coesas, já que muitas respostas emergenciais são estruturadas sob uma lógica hierárquica e setorializada, que dificulta a comunicação entre os diferentes atores, tornando a integração dependente de lideranças locais, articulações informais ou da atuação de organismos externos como a ONU e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha .

Os estudos também destacam que as competências exigidas dos profissionais humanitários vão além da sua formação de base, demandando habilidades específicas para atuação em contextos interculturais, sob pressão e com escassez de recursos, como a capacidade de negociação, mediação de conflitos, gestão de riscos, comunicação com públicos diversos e raciocínio sistêmico, que devem ser desenvolvidos de forma transversal nos processos formativos (Marques et al., 2021).

No caso brasileiro, a Operação Acolhida se destacou como um marco na institucionalização de equipes intersetoriais, ao promover uma estrutura de governança integrada que envolveu militares,

assistentes sociais, psicólogos, médicos, engenheiros, intérpretes, agentes da Polícia Federal e organizações internacionais, todos com funções bem definidas, protocolos operacionais e canais de comunicação formalizados, o que contribuiu para a eficiência da resposta e para a replicabilidade da experiência (Morais e Gussi, 2023).

Os documentos evidenciam que a interiorização dos migrantes venezuelanos foi um dos grandes diferenciais da resposta brasileira, pois exigiu a articulação entre o governo federal e os municípios de destino, que precisavam adaptar suas redes de serviços para receber as famílias, o que impulsionou ações de sensibilização, pactuações intergovernamentais e ajustes na estrutura de atendimento em saúde, educação e assistência social (Celestino e Daróz, 2023).

A análise do material permitiu identificar que, apesar da presença de diferentes profissionais nas missões, muitas vezes ainda prevalece uma lógica vertical de comando, o que pode limitar a autonomia técnica de algumas áreas, especialmente daquelas tradicionalmente invisibilizadas nos espaços de decisão, como o serviço social e a psicologia, o que indica a necessidade de ampliar o debate sobre liderança horizontal e cogestão nos contextos de crise.

Foi possível constatar que a valorização do saber local é um fator determinante para o êxito das ações humanitárias, e profissionais que atuam de forma multidisciplinar precisam reconhecer os saberes comunitários como parte legítima da resposta, envolvendo líderes locais, agentes comunitários, religiosos e representantes das populações afetadas na definição de prioridades, adaptação cultural das práticas e mediação dos conflitos que surgem nas operações (CICV, 2022).

Outro ponto importante observado na análise diz respeito ao impacto emocional do trabalho humanitário sobre os profissionais, especialmente em missões prolongadas ou em situações de grande violência, como em zonas de conflito armado, situações de genocídio ou desastres de larga escala, o que evidencia a importância da presença de psicólogos nas equipes e da criação de estratégias institucionais para cuidar da saúde mental dos trabalhadores envolvidos (Morais e Gussi, 2023).

Nos documentos analisados, notou-se que a gestão da informação e da comunicação é uma dimensão estratégica que precisa ser mais explorada nas equipes multidisciplinares, já que a forma como os dados são coletados, processados e compartilhados impacta diretamente na tomada de decisão, no uso dos recursos e na confiança das populações atendidas, e para isso é fundamental a presença de profissionais especializados em comunicação, tecnologia e análise de dados (Marques et al., 2021).

A pandemia da COVID-19 foi citada em diversos documentos como uma experiência crítica que revelou tanto os limites quanto as potencialidades da atuação interprofissional, pois expôs deficiências estruturais nos sistemas de saúde, mas também impulsionou a cooperação entre médicos, enfermeiros, agentes comunitários, gestores, pesquisadores e trabalhadores da educação em ações de

prevenção, testagem, imunização, acolhimento de vítimas e mitigação de danos sociais (Celestino e Daróz, 2023).

Constatou-se ainda que a atuação humanitária no Brasil tem sido marcada pela presença ativa de organizações da sociedade civil, movimentos sociais e entidades religiosas, que atuam como importantes articuladores de demandas, provedores de serviços e mediadores entre o Estado e as comunidades, especialmente em contextos onde a presença do poder público é limitada, o que reforça o caráter híbrido e plural das respostas baseadas em equipes multidisciplinares (Morais e Gussi, 2023).

A análise comparativa entre diferentes respostas humanitárias, como no caso do Haiti, da Venezuela e das enchentes no Brasil, evidenciou que a eficiência das equipes interdisciplinares está diretamente relacionada à existência de planos prévios de contingência, treinamentos conjuntos, protocolos interinstitucionais e lideranças que promovam a escuta ativa e o respeito à diversidade de saberes e funções, o que exige investimento público e cooperação técnica contínua.

Os resultados sugerem que o maior desafio das equipes multidisciplinares está na transição da lógica emergencial para a lógica de reconstrução e desenvolvimento, pois muitas missões se concentram na fase inicial da crise e carecem de estratégias de médio e longo prazo para garantir a autonomia das populações, a sustentabilidade das ações e a efetiva integração dos migrantes ou deslocados nas políticas sociais e econômicas do território (Morais e Gussi, 2023).

Apesar dos avanços, os documentos demonstram que ainda há lacunas na formação acadêmica de muitos profissionais para atuarem em contextos humanitários, sendo comum que aprendam na prática ou por meio de treinamentos de curta duração, o que compromete a qualidade da resposta e reforça a necessidade de incluir conteúdos de ação humanitária nos currículos universitários de áreas como serviço social, saúde, direito, engenharia, comunicação e administração pública (Marques et al., 2021).

Os achados desta pesquisa indicam que a atuação de profissionais multidisciplinares na resposta humanitária internacional deve ser compreendida como uma prática complexa, que exige preparo técnico, sensibilidade ética, capacidade de trabalho em equipe e compromisso com os direitos humanos, sendo essencial que políticas públicas, instituições formadoras e organismos internacionais invistam na qualificação contínua desses profissionais, promovendo uma cultura de cuidado, cooperação e escuta ativa nos contextos de crise (CICV, 2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida ao longo deste estudo permitiu compreender que a atuação de profissionais multidisciplinares em contextos de resposta humanitária internacional constitui uma estratégia indispensável para a efetivação de ações integradas, eficientes e sensíveis às múltiplas necessidades das populações afetadas por crises, evidenciando que a diversidade de saberes reunidos

em uma mesma equipe contribui significativamente para o enfrentamento dos desafios impostos por situações de emergência.

As evidências extraídas dos documentos analisados demonstram que a integração entre diferentes áreas do conhecimento, quando realizada com planejamento, respeito às competências específicas e articulação interinstitucional, resulta em respostas mais qualificadas, capazes de abranger desde a assistência básica imediata até ações voltadas à reconstrução social, reintegração comunitária e fortalecimento da resiliência local.

Ao longo da discussão, ficou evidente que a efetividade das equipes multidisciplinares não depende apenas da soma das formações técnicas, mas também da existência de vínculos de confiança, liderança cooperativa e comunicação horizontal, fatores que favorecem a sinergia entre os profissionais e potencializam os impactos positivos das ações realizadas em campo.

Verificou-se ainda que a atuação humanitária, quando realizada por equipes compostas por profissionais de diferentes áreas, exige um tipo de formação que vá além da técnica tradicional, incorporando competências como escuta ativa, empatia, adaptabilidade, ética intercultural e capacidade de tomar decisões sob pressão, aspectos que devem ser incorporados aos processos formativos desde a graduação até a educação continuada.

A experiência brasileira, sobretudo nas operações voltadas ao acolhimento de migrantes e no enfrentamento a desastres naturais, revelou avanços importantes na institucionalização de arranjos intersetoriais e na promoção de respostas coordenadas, embora ainda existam lacunas significativas no que diz respeito à permanência das políticas, à valorização das profissões sociais e à superação das lógicas verticais de comando que persistem em muitas ações de emergência.

As dificuldades observadas indicam a necessidade urgente de revisão dos currículos acadêmicos, de modo a preparar os futuros profissionais para o trabalho em rede, promovendo uma formação voltada para a complexidade, a interdisciplinaridade e a ética da responsabilidade compartilhada, além de estimular experiências de extensão e estágios em contextos de vulnerabilidade e crise.

Este estudo também reforça a importância da valorização do saber local e da participação comunitária nos processos decisórios, reconhecendo que a atuação de equipes multidisciplinares só é plenamente efetiva quando incorpora os sujeitos afetados como agentes do processo, respeitando suas culturas, experiências e prioridades, e superando a lógica assistencialista que ainda marca parte da atuação institucional.

A análise crítica dos documentos evidenciou que o cuidado com a saúde mental dos profissionais que atuam em emergências deve ser uma prioridade nas instituições humanitárias, considerando os impactos emocionais acumulados em cenários de dor e violência, o que exige políticas



organizacionais que incluam suporte psicossocial, espaços de escuta, pausas programadas e acompanhamento longitudinal dos trabalhadores.

Ainda que o presente estudo tenha se concentrado em uma análise documental, seus achados oferecem subsídios importantes para a formulação de políticas públicas, programas de capacitação e estratégias institucionais voltadas ao fortalecimento da atuação multidisciplinar nas missões humanitárias, sendo recomendável que pesquisas futuras aprofundem essa discussão por meio de investigações empíricas com aplicação de métodos qualitativos em campo.

Sendo assim, reafirma-se a premissa de que os profissionais multidisciplinares na resposta humanitária internacional não devem ser vistos apenas como executores técnicos de tarefas específicas, mas como agentes políticos e éticos comprometidos com a defesa da vida, a dignidade humana e a transformação das estruturas que produzem e reproduzem a vulnerabilidade, sendo imprescindível que seu trabalho seja reconhecido, valorizado e continuamente aprimorado.



REFERÊNCIAS

ALNAP. The state of the humanitarian system. Londres: ALNAP, 2016.

ASOCIACIÓN ESFERA. Manual Esfera: normas humanitárias essenciais. Genebra: Associação Esfera, 2018.

BERNARDI, Bruno; SCHMIDT, Luciana; PEROZINI, Juliana; ELIAS, Mariana; TEIXEIRA, Laís; COUTO, Eduarda. Resposta do governo brasileiro à crise humanitária venezuelana: uma análise a partir da Operação Acolhida. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 13, n. 2, 2023. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.5102/rbpp.v13i2.8493>.

BRASIL. Ministério da Defesa. EB70-MC-10.236 – Operações de Ajuda Humanitária. Brasília: Ministério da Defesa, 2020. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/operacoes/ajuda_humanitaria.pdf.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Missão humanitária brasileira atuará em nova região na Turquia*. Brasília, 17 fev. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/missao-humanitaria-brasileira-atuara-em-nova-regiao-na-turquia.

CNN Brasil. *Equipes brasileiras chegam à Turquia para atuar na busca e no resgate de vítimas*. São Paulo, 12 fev. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/equipes-brasileiras-chegam-a-turquia-para-atuar-na-busca-e-no-resgate-de-vitimas/>.

MORAIS, Luiz; GUSSI, Guilherme. Cooperação internacional e missões brasileiras: reflexões a partir da MINUSTAH. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 66, n. 1, p. 1-17, 2023.

CICV – Comitê Internacional da Cruz Vermelha. O papel dos profissionais forenses em ações humanitárias. Brasília: CICV Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/document/o-papel-dos-profissionais-forenses-em-acoes-humanitarias>.

DARÓZ, Carlos R.; CELESTINO, Sabrina. Operação Acolhida: a Força-Tarefa Logística Humanitária e o apoio aos migrantes venezuelanos. Rio de Janeiro: Exército Brasileiro, 2022.

FERRIS, Elizabeth. The Politics of Protection: The Limits of Humanitarian Action. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2011.

FASSIN, Didier. Humanitarian Reason: A Moral History of the Present. Berkeley: University of California Press, 2012.

KENT, Randolph C. Planning from the Future: An emerging agenda. International Review of the Red Cross, Genebra, p. –, 2011.

KOPLAN, John P.; GATES, Allyn; MARSDEN, John et al. Toward a common definition of global health. *The Lancet*, v. 373, p. 1993–1995, 2009.

MACHADO, Josiane; CORRÊA, Tiago. Missões humanitárias e pesquisa científica: a experiência junto à Operação Acolhida. *Revista de Pesquisa Aplicada*, v. 9, n. 2, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/repeap/article/view/81092>.



MORAIS, Débora R. de; GUSSI, Alan. A resposta humanitária em tempos de crise migratória: análise da experiência brasileira na fronteira norte. *Revista Brasileira de Direito Internacional*, v. 20, n. 1, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5102/rbdi.v20i1.7990>.

REY, Francisco et al. *Aplicação do Triplo Nexo; ação humanitária, desenvolvimento e paz no contexto dos fluxos migratórios da Venezuela*. Milão: WeWorld/IECAH, 2022.

SPHERE ASSOCIATION. *The Sphere Handbook: humanitarian charter and minimum standards in humanitarian response*. 4. ed. Génova: Sphere Association, 2018.